

Quem tem medo do Mercosul?

José Sarney*

Reprodução de pronunciamento feito ao Senado Federal, cuja cópia foi encaminhada à *A Defesa Nacional* pelo autor, com vistas à sua possível publicação.

No dia 10 de abril deste ano, escrevi, em artigo no jornal *O Globo*:

Acredito que vamos entrar numa área de turbulência e pressões ao Mercosul. Estamos ameaçados de investidas sérias para dividir-nos. Estas vão desde o aliciamento de nossos parceiros, para participar do Nafta, sem o Brasil, até convites para figurar no bloco militar da OTAN. Tal status assegura acesso a tecnologias de ponta, em matéria de equipamento militar e treinamento.

Ora, aqui, na América do Sul temos, certamente, uma das áreas mais pacífi-

cas da face da terra. Não existe nenhuma hipótese de guerra, as Forças Armadas estão submetidas ao poder civil, participando do processo de consolidação das instituições democráticas. Por que deflagrar uma pressão para novos gastos militares, quando todo nosso esforço deve estar concentrado na estruturação do Mercosul, no fortalecimento da amizade entre nossos países, no combate ao desemprego, na superação dos graves desequilíbrios e na questão social?

Ninguém entende que sejam tão fortes os interesses econômicos para se utilizar essa via com o objetivo de desestruturar o Mercosul, criando competições hegemônicas. Em Buenos Aires,

o economista Rudi Dornbush fez uma conferência quando eram mais fortes as repercussões do cancelamento de financiamento das importações pelo Brasil. O que ele disse? Que a Argentina está um mar de rosas, que dentro de dez anos será um grande e poderoso país, mas que há um perigo. Qual é esse perigo ameaçador da Argentina? O Brasil!

E, no dia 15 de maio, quando se realizava, em Belo Horizonte, a reunião sobre a ALCA, voltei ao tema e escrevi:

O maior acontecimento da História do subcontinente, depois da criação dos estados nacionais, foi a fundação do Mercado Comum do Cone Sul. É uma realidade, mas foi uma idéia-força cuja

* Senador.

importância transcende os limites de uma simples área de livre comércio, na medida em que resultou do ideal político que contempla a formação de uma comunidade de nações unidas para forjar um destino histórico comum no processo político e econômico mundial.

Enquanto estivemos separados, e apenas unidos pela retórica, ninguém pensou na América do Sul, em termos de integração. A visão da América era retalhada em três Américas: a do Norte, rica; a Central, em formação; a do Sul, pobre e miserável. Éramos, tão somente, uma reserva de mercado.

Henry Kissinger também faz uma revelação da qual tínhamos conhecimento, sabíamos, sem que ninguém de alto nível avalizasse essa versão: 'Se os Estados Unidos não tivessem falhado em promover o acesso do Chile ao Nafta e tivessem sido receptivos à insinuação da Argentina nessa direção [Nafta], as posições relativas de barganha do Mercosul e do Nafta não seriam as que são hoje e ambas as instituições estariam a caminho de transformar-se em elementos complementares de uma área de livre comércio

hemisférica'. Ora, as informações que Kissinger, com a sua autoridade, divulga é um fato que não está mais escondido, e honestamente é aquele que sempre soube-mos: toda essa movimentação que tem sido feita é justamente no interesse de isolar o Brasil. Atrai-se Chile e Argentina para o Nafta e o Brasil fica na berlinda, porque o Brasil é o gigante que faz medo. No mesmo sentido opinaram Richard Feinberg, ex-assessor do Conselho de Segurança dos EUA, e Fred Bergsten, do Institute for International Economics. Dizem ambos que o Brasil é uma ameaça para a Alca.

Quando começou o que hoje é o Mercosul, em 1985, com a assinatura da Ata de Iguazu, ninguém acreditava no pacto acordado, nem no seu sucesso. O Brasil e a Argentina viviam tempos difíceis, lutando contra a hiperinflação e tentando sobreviver aos sufocantes encargos impostos pela dívida externa. Os Ricos jogavam e apostavam nas nossas dificuldades e em velhas rivalidades. Superamos todas elas em nome de um objetivo maior.

Nunca foi tão necessária a união entre Brasil e Argen-

ina. O Brasil entrou para o Mercosul com a visão da unidade, concordando em fazer grandes concessões. A Argentina reconheceu a necessidade de acabarmos com nossas divergências históricas, superá-las e, juntos, aceitarmos o desafio de crescer como aliados. Hoje, o maior parceiro da Argentina é o Brasil, e a Argentina a maior parceira brasileira.

Agora, o que ocorre?

A Secretária de Estado dos Estados Unidos, Madalena Albright, acaba de anunciar que seu país vai aceitar a Argentina como sócio militar íntimo, membro aliado, não integrante da OTAN, Organização do Tratado do Atlântico Norte. Tal condição assegura à Argentina assistência militar, acesso a armas de última geração e treinamento sofisticado, além de compromissos na área de segurança continental.

A esse respeito, vale a pena lembrar que o Chanceler da Argentina, Guido Di Tella, confessou que é desejo de seu país *ter relações carnavais com os Estados Unidos*. De sua parte, o governo dos Estados Unidos justifica o *status* privilegiado com que distingue a Argentina em reconhecimento

aos serviços prestados como integrante das forças de paz da ONU na Croácia, Chipre e Haiti, e por ter criado o Ministério da Defesa.

O Chile, pelo seu Ministro das Relações Exteriores, Chanceler Miguel Insulza, condenou a decisão norte-americana, sublinhando que ela altera o equilíbrio estratégico na região. Tudo leva a crer que este seja, o objetivo perseguido.

A verdade é que, há seis meses, denunciei esses fatos, e alguns setores nacionais consideraram minhas denúncias infundadas. Agora, verificamos, com pesar, que as minhas preocupações eram procedentes.

Ao justificar a decisão de seu país, a Senhora Albright sustenta que se trata de gesto simbólico. Ora, em política, principalmente em política externa, os símbolos carregam decisões e sinalizam procedimentos. Basta lembrar que foi, também, um gesto simbólico que transformou Israel em aliado preferencial dos Estados Unidos no conturbado oriente Médio e a Coréia do Sul na tensa península coreana.

Parece-nos elementar, diante do quadro que se esboça, que os Estados Unidos decidiram desestabilizar o

Mercosul e escolheram o caminho mais condenável — o da quebra do equilíbrio estratégico da região, com sérias implicações, inoculando o germe da divisão e da desconfiança.

Não será demais repetir que ocupamos a área mais pacífica do planeta. Não temos conflitos e nem perspectivas deles. Para que, no momento em que o mundo vislumbra um período de paz, em que se procura abolir os conflitos regionais localizados, os Estados Unidos tomam três decisões suspeitas, que a seguir enumeramos:

1 — Levantam o embargo de venda de armas para a América do Sul, decisão adotada pelo presidente Carter, há vinte anos;

2 — Autorizam a venda de aviões de última geração para o Chile;

3 — Consideram a Argentina membro não participante da OTAN.

Não é demais repetir que tal *status* foi conferido pelos Estados Unidos a Israel e à Coréia do Sul, que estão localizados em duas das áreas mais tensas do globo. Que ameaça pesa sobre a Argentina? Do Brasil, do Chile, do Paraguai e da Bolívia? Não

tem qualificativo essa atitude norte-americana!

É paradoxal que, no instante em que os organismos internacionais ameaçam aplicar sanções a países que aumentaram seus orçamentos militares, os Estados Unidos estimulem pressões orçamentárias nessa direção. Parece bastante claro que o objetivo é desestabilizar o Mercosul gerando um quadro de tensões e de desconfianças ao Sul do continente americano.

Qual a justificativa apresentada? A Argentina faz parte de missões de paz da ONU. Ora, o Brasil participou das forças da ONU em Suez, em São Domingos, em Angola, El Salvador, Moçambique, Croácia, com contingentes elevados. Já não falamos da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial!

A presença brasileira em tais missões foi ditada pelas responsabilidades de nosso país com a paz e a democracia, nunca para receber títulos e prêmios de uma aliança militar que sobreviveu à Guerra Fria. Considero um desrespeito à Argentina essa justificativa, que tem tudo para ser vista como uma hipocrisia diplomática, gerando reservas e suspeitas onde

antes havia um clima de confiança recíproca.

O povo brasileiro jamais aceitaria a incorporação do Brasil, ostensiva ou dissimuladamente, a um pacto militar que nada tem a ver com a nossa região. Portanto, não nos move qualquer competição na área militar. Os Tratados que firmamos com a Argentina acabaram com todas as nossas rivalidades históricas, e não seria lícito reacendê-las apenas porque os norte-americanos não desejam que o Mercosul se consolide e o considere *nocivo aos interesses dos Estados Unidos*.

Os povos brasileiro e argentino têm noção exata dos seus interesses históricos e não permitirão que grupos econômicos e mercadores de armas fomentem corridas belicistas, criem um clima artificial de discórdia entre os países e semeiem o germen da divisão para destruir o Mercosul.

O que está em jogo é a soberania do Brasil, ameaçada pelas ações que os Estados Unidos promovem deliberadamente na região.

Tenho o dever de denunciar essa manobra. O Brasil não pode conformar-se com ela, nem receber como compensação sentar-se no Con-

selho de Segurança da ONU. Não acredito que, por trás dessa decisão dos Estados Unidos, exista uma negociação, como já se aventou, destinada a fazer com que a Argentina renuncie ao seu veto para que o Brasil participe, como membro permanente, do Conselho de Segurança da ONU.

Devo lembrar que tomei a iniciativa de apresentar proposta de criação de membros permanentes, sem direito a veto, no Conselho de Segurança da ONU, em 1989, na Assembléia Geral das Nações Unidas, considerando o peso do Brasil no mundo. Não podemos abdicar de nossa destinação histórica.

O Brasil deve condenar, com todas as suas forças, o envolvimento do Cone Sul no jogo dos blocos militares, que estão sendo ressuscitados para exercício de hegemonia de poder.

Não se trata de Argentina ou Chile, mas, de um princípio constitucional, de um compromisso de paz a que o Brasil não renuncia e nem admite que venha a ser violado.

O que se está fazendo ou se pretende fazer compromete o nosso futuro.

Espero que o governo brasileiro seja firme e não se

submeta diante de intimidações ou ameaças.

O governo dos Estados Unidos, não o povo, já conseguiu alcançar seu objetivo: lançar a discórdia na região. O Presidente Menem está sendo usado como instrumento desse ato lamentável.

O que está em jogo é a unidade do Cone Sul, é o projeto da comunidade latino-americana presente no mundo pela sua força, pela determinação de seus povos.

O governo brasileiro não pode e não deve vacilar. Nossa decisão tem de ser firme. O governo dos Estados Unidos precisa saber que o Brasil não aceita ser marginalizado e/ou isolado. Todas as negociações sobre a ALCA – Área de Livre Comércio das Américas – devem ser suspensas para que se conheça a extensão dessas manobras divisionistas. E deve explicar ao Brasil e a todos os países do continente por que a Argentina precisa do guarda-chuva nuclear da Nato.

O povo argentino, tampouco, pode aprovar algo que coloca em perigo o projeto do Mercosul – o mercado regional que constrói o futuro da região e lança os alicerces para a independên-

cia econômica dos nossos países.

A História está nos vivendo. Brasil e Argentina têm um destino comum neste continente. Dos nossos países devem partir a todos os demais os sentimentos de integração. Não devemos cair no jogo de interesse dos que querem nos desestabilizar. Estamos no começo da construção de um grande futuro. É necessário que os mandatários tenham consciência e visão estratégica. Libertamo-nos com o Mercosul, o que de mais forte aconteceu no Cone Sul depois da independência, em busca de um caminho próprio, capaz de negociar em pé de igualdade com os outros blocos mundiais.

Onde está o Conselho de Segurança da ONU em tudo isso? A composição atual reflete o mundo do após Segunda Guerra Mundial e não

o mundo de hoje. A proposta de novos cinco membros se destinava a compor o equilíbrio do quadro mundial. Pode-se pensar, com realismo, num Conselho de Segurança sem o Japão e Alemanha? Pode-se pensar sem a Índia e o Brasil? Não é um cargo regional. É uma responsabilidade mundial que a História nos deu. É um encargo, é uma missão. Somos o quinto país do mundo, a oitava economia.

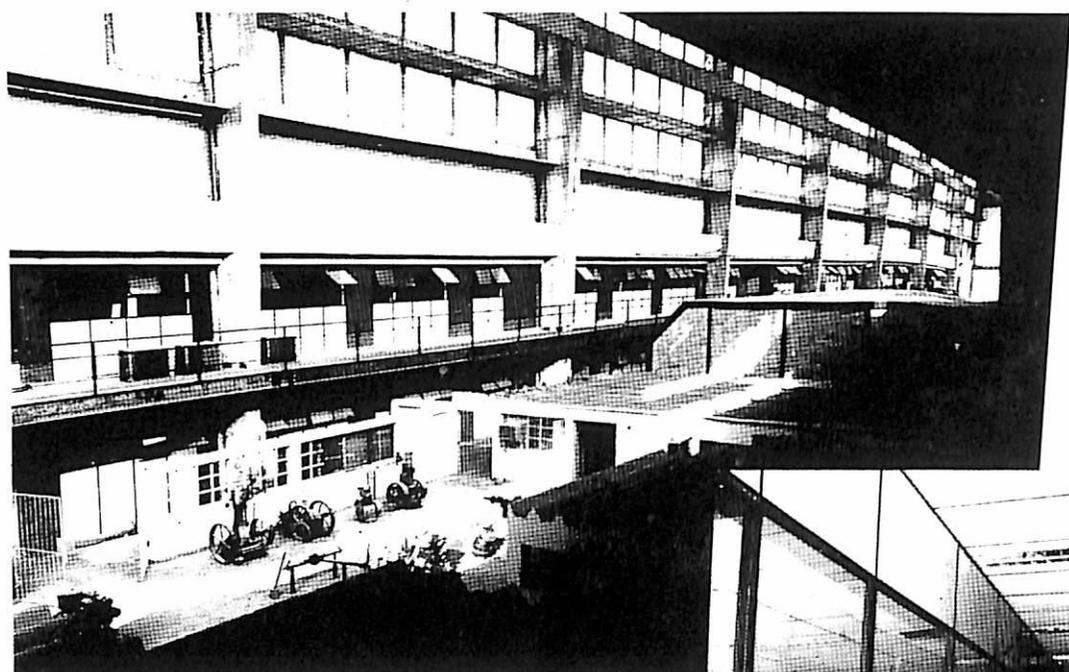
O Brasil não deve ir ao Conselho de Segurança da ONU pela mão de ninguém, nem através de conchavos diplomáticos, por mais altos que eles sejam, nem aceitar vetos do Presidente Menem. Vai pelo seu peso específico. Como fomos participar da Segunda Guerra Mundial quando, com grandes contingentes, estivemos em El Salvador, S. Domingos, Suez, Angola, Moçambique. Não o fi-

zemos para receber recompensa de ninguém, e sim pela nossa responsabilidade com os ideais de paz e de liberdade.

O Brasil deve pedir aos Estados Unidos explicações sobre o significado de sócios da OTAN em nossa região. O que isso significa, qual o simbolismo desse gesto? Por que os Estados Unidos consideram necessário o guarda-chuva nuclear da OTAN para a Argentina?

Por outro lado, seria decepcionante se, por trás de tudo isso, estivesse um acerto diplomático dos americanos: ao Chile, aviões; à Argentina, a Nato; ao Brasil, o Conselho de Segurança.

Nesse caso, o jogo do Presidente Menem é de cartas marcadas, e o nosso, de enganados. Esse fogo de artifícios de mau gosto, se é sério, deve ser repellido, se é jogo combinado, é desmoralizante para o Brasil. 🌐



Com toda excelência,

a COPPE / UFRJ abre novos
laboratórios e a pesquisa
tecnológica ganha força no país



IAEC
Ministério da
Educação
e Cultura



Prefeitura da Cidade
do Rio de Janeiro